



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÉNIO DE 2005/2009**

ACTA NÚMERO TREZE

----- ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA DEZOITO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SETE. -----

----- Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e sete, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto um do artigo quadragésimo nono da lei número cento e sessenta nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de 21 de Setembro de 2007. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Três Ponto Um) – actividade Municipal. -----

----- Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Alteração ao Orçamento da Receita do ano de 2007. -----

----- Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de 2008. -----

----- Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de 2008. -----

----- Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da “Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M. -----

Ponto Três Ponto Seis) – Eleição dos membros da Assembleia para integrar o Conselho Municipal de segurança. -----

-- Ponto Três Ponto Sete) – Outros Assuntos de interesse para o Município.

----- **Pon-**
to Quatro) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

-----Feita a chamada pelo segundo secretário registaram-se as seguintes presenças: José António Cerqueira da Costa Moreira, Vítor Pereira Paiva Nogueira, António Eduardo Frias Martins, Aníbal Alves do Rosário, José Luís Pires Rodrigues, Luís Ventura Diz, Acácio António Afonso Fernandes, Manuel João Ratão Português, Paula da Felicidade Ferreira Martins, Manuel Fernandes de Oliveira, Luís Manuel Tomé Fernandes, Luís Alberto Pires Rodrigues, José Maria João de Quina, Marcolino Rodrigues Fernandes, António Bartolomeu Vaz Carvalho, Emídio Martins Domingues, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado, Norberto Francisco Machado da Veiga, Ilda de Fátima Fernandes Martins, Nuno dos Santos Penascais Martins, Norberto Augusto Magalhães João, Domingos David Sardinha Pimentel, Manuel Pascoal Lopes Padrão e Manuel Delfim Martins Miranda. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro O Sr. Presidente da Câmara José Baptista Rodrigues e os senhores vereadores, António Jorge Fidalgo Martins e Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes. -----

Ainda pela senhora segunda secretária foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última sessão da Assembleia. -----

Pon-
to Um) – Apreciação e votação da acta da reunião ordinária de 21 de Setembro de 2007. -----

-- Estando todos os membros da Assembleia na posse da acta da sessão anterior (enviada antecipadamente) e não tendo havido pedidos de esclarecimento e intervenções, pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo. -----

Ponto
Dois) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Frades José António Fernandes foi apresentado o seguinte voto de pesar: -----

VOTO de PESAR

No passado dia 10 de Novembro, o concelho e a Freguesia de Vale de Frades, em particular, foi confrontada com a morte do Carlos Pires.

O Carlitos antecedeu-me no cargo de Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Frades.

A política, e os cargos políticos existem para servir as populações e por isso devia uni-las.

A partida do Carlitos deixou na freguesia um sentimento de consternação, de uma perda que não é fácil de aceitar e que revolta todos os que com ele conviveram.

O Carlitos nunca promoveu a divisão, pelo contrário, quis sempre o melhor para a sua terra, independentemente da avaliação que cada um possa fazer relativamente ao seu trabalho.

Sentimos a falta do Carlitos, sobretudo das amizades sinceras que mantinha e do seu trabalho, numa aldeia em que os jovens somos cada vez menos.

Que Deus o tenha em bom lugar.

Proponho pois um VOTO de PESAR pelo falecimento do ex-Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Frades, do jovem e do amigo Carlitos.

Assembleia Municipal de Vimioso, 18 de Dezembro de 2007

O Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Frades

José António Ramos Fernandes

----- Posto à votação o mesmo foi aprovado por unanimidade. O Sr. Vice-Presidente, António Jorge Fidalgo Martins propôs, na sequência do voto de pesar, um minuto de silêncio e ainda que fosse dado conhecimento à família. Fez-se um minuto de silêncio. -----

----- O Sr. primeiro Secretário da Mesa, Norberto Veiga fez a seguinte intervenção: “ Exmº. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara senhoras e senhores deputados, senhores vereadores, minhas senhoras e meus senhores; chove, é dia de Natal, lá para o Norte ainda é pior, há neve e frio que ainda é pior e toda a gente é contente porque é dia de o ficar, chove no Natal presente antes isso que nevar, pois apesar de ser esse o Natal da convenção quando o corpo me arrefece tenho frio e Natal não, deixo sentir a quem quadra e o Natal a quem o fez, pois se escreve outra quadra fico conge-

lado dos pés: Fernando Pessoa vinte e cinco do doze de mil novecentos e trinta. Tomei a liberdade de plagiar os versos do maior poeta português do século vinte para acentuar esta quadra natalícia que vivemos e em que regra geral ficamos mais premiáveis à prática dos valores humanos tais como, solidariedade, fraternidade, amizade, paz e amor que são os ingredientes que condimentam a nossa existência terrena os quais nós legítimos representantes deste concelho devemos subsumir pois só assim estaremos a asseverar as legítimas aspirações e anseios daqueles que em nós depositaram a nossa confiança corroborando estes valores, peço-vos que nesta reunião desempenhem o vosso papel e que as vossas intervenções sem deixarem de ser pertinentes e desejáveis se norteiem por este espírito natalício sempre com o objectivo de que o concelho ganhe independentemente de quem o dirige e de quem legitimamente usa da palavra; deixo os meus votos de um Santo e Feliz Natal na companhia das vossas famílias e um Ano Novo cheio de realizações a todos os níveis sobretudo para o nosso concelho, a todos vocês um bom dia de trabalho”. -----

----- Intervieio o Sr. deputado Acácio Fernandes. Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da saúde da maratona das castanhas, tendo este respondido que essa prova sempre fora realizada pelos Bombeiros Voluntários, donde era a esta associação humanitária, que deveriam ser solicitados os esclarecimentos. -----

----- No uso da palavra, o Sr. deputado Vítor Paiva proferiu o seguinte intervenção: “ quando venho a esta tribuna nunca o faço de boa vontade porque é para delinear problemas, mostrar que somos os mais abandonados deste pobre Portugal. Eu tive a felicidade de no dia doze assistir a um debate da Assembleia da República cujo tema era a desertificação do interior. Falou-se da desertificação a todos os níveis. Foi apresentado por um partido político concretamente pelo PSD que pediram a intervenção de membros do Governo (dos membros do Governo estava apenas o Ministro dos Assuntos Parlamentares, Santos Silva, pessoa que eu entendo que nem está dentro dos problemas da desertificação e muito menos dos problemas humanos). A intervenção dele foi simplesmente filosófica como se estivesse a tratar de um mundo diferente do mundo deste reino maravilhoso como dizia Miguel Torga no século vinte. Todos os intervenientes, e principalmente os deputados pelo círculo de Bragança, deixaram-me muito tris-

te. Um não disse nada, só queria saber quais as propostas que estavam em cima da mesa e o Presidente disse-lhe que não havia propostas que apenas tinha sido agendado um tema para que todos os partidos políticos, inclusive o Governo, dessem as suas dicas para melhorar o sentido de vida do interior. Isto faz-nos pensar que as pessoas vão para Lisboa e em vez de fazer os trabalhos de casa como nós fazemos até aqui, não fazem nada estão até à última da hora à espera e quando se vai desenrolar o assunto é o que eles vão falando como lhes convém. Ainda ao debruçarmo-nos sobre isto nós vemos, tiramos a GNR, tiramos no Centro de Saúde (funcionários) deveríamos ter aqui um Centro ou uma Delegação do Ministério da Agricultura pois a maior parte vive da agricultura e nós não temos nada. O Estado é o próprio a desertificar o nosso interior e é isso que nós não queremos, nós queremos subverter toda essa situação, além disso falando na auto-estrada já ouvi várias versões e com certeza o Governo ainda não sabe que versão vai aplicar, era a auto-estrada da justiça, nunca veio a auto-estrada da justiça, era uma via rápida, também agora não se fala na via rápida, a auto-estrada custa dinheiro, a auto-estrada são grupos financeiros nacionais e internacionais que querem vir cá buscar os seus dividendos, não vêm fazer favor nenhum e eu pergunto porque é que se não faz uma auto-estrada que nem é uma auto-estrada é uma auto via como lhe chamam os espanhóis, duas vias, e temos de fundos comunitários setenta a oitenta por cento. Meus senhores eu costumo dizer que quando trato destes assuntos acima da minha cor politica está a cor da minha terra. -----

----- Na sequência da problemática das acessibilidades apresentou a seguinte moção em nome do grupo Municipal do PSD: -----

MOÇÃO

O Grupo Municipal do Partido Social-democrata, preocupado com as acessibilidades do concelho, apresenta a seguinte moção:

Há bem pouco tempo atrás, Sua Ex.cia o Senhor Primeiro-ministro, na sua deslocação a Bragança, anunciou um conjunto de investimentos, a realizar no distrito, na área das acessibilidades, a saber: A4; IC5; IP2.

2011 foi o ano anunciado para a conclusão destas obras que mais não são do que cumprir promessas antigas e que se assumem como da mais elementar justiça para o distrito.

Foi com entusiasmo, ainda que com um justificado espírito de S. Tomé, que recebemos tão boas notícias.

No entanto, no meio da euforia com que tais anúncios foram feitos, houve dois, também eles promessas ainda recentes, que o Senhor Primeiro-Ministro não anunciou, defraudando as expectativas do distrito, em geral, e dos vimiosenses, em particular.

O primeiro anúncio, que na ocasião não foi feito, respeita ao facto de a futura A4 ser uma Auto-Estrada com portagens, contrariando as promessas anteriormente feitas e criando uma situação singular no país, pois que, se o distrito de Bragança pretende justiça em termos de acessibilidades, então que a pague!

O segundo anúncio, também ele não proclamado, é o que se refere à ligação Vimioso-Outeiro-IP4 (futura A4), a já famosa “estrada do rato”.

Na verdade, a injustiça, o isolamento, o abandono a que o concelho de Vimioso é votado, é totalmente intolerável.

É incompreensível e vergonhoso que os cidadãos dos Concelhos de Vimioso, Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, nas suas deslocações para Bragança, tenham de continuar a penar em estradas antigas, acidentadas e perigosas, apesar de algumas operações de simples cosmética.

Sem a ligação Vimioso-Outeiro-IP4, ao contrário do que o Senhor Primeiro-Ministro anunciou, para se poder chegar a Bragança por boas estradas, obrigatoriamente, o trajecto é por Espanha.

Será pois inaceitável e intolerável que a ligação Vimioso-Outeiro-IP4 (futura A4) numa extensão de 10 km, sobre a qual o Governo nada diz, não esteja concluída, pelo menos, no momento da conclusão da auto-estrada Transmontana.

Já não somos muitos no concelho, mas somos portugueses e exigimos ser tratados como tal

Propomos pois com esta moção um voto de desagrado, de protesto e de indignação pela introdução de portagens na futura A4, em Bragança e Vila Real, bem como por todos os atrasos e falta de informação em relação à ligação Vimioso-Outeiro-IP4.

Assembleia Municipal de Vimioso, 18 de Dezembro de 2007

O Grupo Municipal do Partido Social-democrata

----- Antes de esta moção ser colocada à votação, solicitou e interveio o Sr. deputado António Frias para referir que não era verdade, como referira o Sr. deputado Vítor Paiva, que se estivessem a retirar funcionários ao Centro de Saúde, pois que nunca o Centro tivera tantos. Continuou dizendo que o que está a ser preparada é a retirada de valências. -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues que fez a seguinte intervenção:" quanto à auto-estrada não tenhamos dúvidas que as portagens são mesmo para avançar, começam em dez quilómetros e vão acabar em duzentos. O que mais me custa, realmente, é haver zonas no País (interiores como nós) que neste momento têm auto-estradas de graça e nós que vamos ser dos últimos a receber a auto-estrada, vamos ter que a pagar. Isso revela bem o estado a que nós chegamos e também acaba por, e vou dizer aqui ao Sr. Presidente, reforçar um pouco a derrota do concelho relativamente à ligação entre Outeiro/Vimioso, que não se concretizando vai isolar ainda mais o concelho com a agravante do IC5; julgo eu que é o IC5, que irá passar também ao lado de Vimioso e nos remeterá para um cubículo quadrado em termos modais muito isolado o que não abona nada de bom para o nosso concelho. Depois há a questão da própria forma como nós estamos a viver no concelho, há uma questão cultural que me parece estar a ser demasiado visível, quer dizer, nós começamos a não acreditar vamos passando essa mensagem de uns para os outros e há este espírito assorombático um pouco fadista de fatalidade que nos vai acompanhando e que nos vai levando um pouco ao precipício, é pena que seja assim e porquê? Porque há serviços públicos que tinham tudo para funcionar bem e não funcionam bem

claramente. Falo na questão da Saúde no concelho. Na extensão do Centro de Saúde em Argoselo, é vergonhoso, e agora ainda mais com a informação que recebi do Sr. enfermeiro que não há falta de pessoal e, não havendo falta de pessoal, haver no concelho, que é um concelho com pouca gente e julgo eu, temos em número suficiente para não ter listas de espera de médico de família, consultas de médico de família de três e quatro meses, e que as pessoas precisam de estar à espera dois ou três meses vão uma vez, vão duas, há pessoas que estão nas filas de espera desde as duas três da manhã à espera do médico às nove da manhã o que revela bem o ponto a que se chegou (quer dizer, isto devia andar para a frente mas está a andar para trás). Vamos entrar em dois mil e oito, temos um Governo que diz tudo agilizar, é tudo na hora e no entanto a saúde que era o bem mais precioso que devia ser mesmo na hora é se calhar é seis, sete meses depois. Apraz-me dizer uma frase que é um pouco comunista que é “quem luta nem sempre ganha mas quem não luta perde sempre, “ e é verdade isso, mas acho que estamos a lutar com menos força e falta-nos essa determinação. “ ----- O Sr. Presidente da Assembleia, na sequência da anterior intervenção esclareceu que neste momento existem no Centro de Saúde as valências de psicologia, nutricionismo, medicina dentária e fisioterapia faltando apenas, em relação ao previsto, a telemedicina na parte psiquiátrica, a dermatologia e o RX. Considerou que a grande lacuna respeita ao pessoal médico, sendo apenas quatro e em que alguns têm de assumir outros cargos. Quanto aos funcionários sublinhou que a nível de funcionários não há problemas. ----- A moção apresentada foi colocada à votação tendo sido aprovada por maioria com a abstenção do Sr. deputado José Luís Rodrigues. ----- Pediu a palavra e interveio o Sr. Vice-Presidente tendo referido que a propósito desta moção mais concretamente da ligação Vimioso-Outeiro o Sr. Presidente da Câmara conjuntamente com os Srs. Presidente da Câmara de Miranda do Douro, Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta, enviaram um ofício solicitando informação acerca do ponto da situação desta ligação, ao Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Obras Públicas e Sr. Presidente das Estradas de Portugal. Informou que, aquando da última vinda do Sr. Primeiro-Ministro a Bragança, o Sr. Presidente da Câmara apresentou-lhe todas essas preocupações e solicitou-lhe toda a informação. Sugeriu, neste sentido, que a Moção fosse enviada para todas as entidades

com responsabilidades na matéria. -----

----- No uso da palavra, o Sr. deputado Luís Diz, em tom irónico, sugeriu que, relativamente à ligação Vimioso-Outeiro, os Srs. Presidentes das Câmaras que assinaram o ofício, enviassem outro ofício em sentido contrário, ou seja a dizer que não querem a estrada deixando criar os ratos, os lobos e as lagartixas etc, pois que a posição de desinteresse do Governo é tão clara que pedindo o contrário, talvez faça o que na realidade se pretende. O mesmo Sr. deputado Luís Diz, propôs um voto de louvor à Direcção do Moto-Clube de Vimioso, considerando que este clube tem sido um dos melhores embaixadores do concelho. Estendeu este voto de louvor à Câmara Municipal pelo apoio e colaboração, que tem prestado a esse clube. Posta à votação a proposta de louvor, a mesma foi aprovada por maioria com a abstenção do Sr. deputado José Luís Rodrigues. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Três Ponto Um) – Informação Escrita do Sr. Presidente da Câmara relativa à Actividade Municipal.** -----

-----Tendo sido distribuída antecipadamente a informação a todos os membros da Assembleia, o Sr. Presidente da Mesa abriu o período de intervenções. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado Manuel João Português que endereçou os parabéns à Câmara pela obra do Centro Escolar, dizendo que é muito mais fácil apontar criticar ao que está mal e, alguma dificuldade em reconhecer o que de bom se faz. -----

----- Não se registaram mais intervenções neste ponto. -----

----- **Ponto Três Ponto Dois) – Apreciação e Votação da alteração ao Orçamento da Receita do ano de 2007.** -----

----- Introduziu este ponto o Sr. Vice-Presidente. Remeteu para o documento respectivo dizendo que a alteração em causa decorre da alteração legal ao Imposto Municipal sobre veículos, donde apenas há a transferência de verbas entre rubricas orçamentais. Não tendo havido intervenções pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado este ponto à votação tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- **Ponto Três Ponto Três) – Apreciação e Votação do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) para o ano financeiro de 2008.** -----

--- Ponto Três Ponto Quatro) – Apreciação e Votação do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano financeiro de 2008. -----

----- Uma vez que ambos os documentos se relacionam o Sr. Presidente da Assembleia propôs que a discussão fosse conjunta, sendo que a votação ocorreria separadamente. -----

- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para apresentar os documentos. O Sr. Presidente da Câmara fez a seguinte intervenção: -----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Exmos. Senhoras e Senhores Deputados Municipais e Presidentes da Junta de Freguesia.

Exmos. Senhores Vereadores.

Determina a Lei que na última reunião anual da Assembleia Municipal, esta se pronuncie acerca do Plano e Orçamento para o ano seguinte.

É pois para dar cumprimento a esse dispositivo legal que, em nome do executivo, apresento esses documentos, aprovados em sede de reunião ordinária da Câmara Municipal.

Apresentamos um orçamento de 13.905.000.00 € que se destinam a despesas de capital, mantendo, desta forma, uma taxa de investimento elevada, situação análoga a anos anteriores.

É importante esclarecer que Plano e Orçamento foram elaborados sem que, até à data, exista uma clarificação acerca do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional). A verdade é que os diferentes regulamentos vão sendo apresentados a conta-gotas, os municípios, organizados em NUT"s, encontram-se em elaboração de estudos com vista a futuras contratualizações, enfim, não se sabe em rigor aquilo com que se pode contar, consequência directa da errada política de centralização da gestão do QREN.

Não obstante, e a pensar no desenvolvimento do concelho, apresentamos um Plano com duas orientações marcantes.

A primeira respeita à necessidade de termos de saldar os investimentos que temos vindo a realizar, por todos reconhecidos de capital importância, porque estruturantes, para o concelho.

A segunda relaciona-se com os projectos/investimentos que consideramos prioritários e que asseguram a sustentabilidade do concelho em termos financeiros e de criação de emprego, a saber:

- Mini-hidráulica, Aproveitamento termal das águas Sulfurosas da Terronha, Parque de Natureza e Aventura, Zona de Caça Turística e atracção de investidores para a Zona Industrial.

Resulta claro que a grande preocupação assenta no desenvolvimento económico, gerador de postos de trabalho e portanto de riqueza, permitindo a fixação e atracção de pessoas designadamente os jovens.

Além disso, estes investimentos permitem, a curto e médio prazos o reforço de receitas tão necessárias ao nosso município.

Mais ainda, esses investimentos contribuem para a valorização dos nossos recursos ao mesmo tempo que se defende e promove o ambiente.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta.

É por aqui que passa, em nossa opinião, o futuro do nosso concelho.

Hoje, podemos dizer, com orgulho, que temos um concelho dotado com as infraestruturas básicas, com equipamentos adequados à promoção cultural, económica, turística, educacional e social.

É tempo de reforçar a aposta no desenvolvimento económico, dando corpo a estudos e projectos iniciados há já algum tempo.

Vimioso é um concelho com qualidade de vida. As grandes lacunas que ainda persistem são da responsabilidade do poder central. Refiro-me à falta de acessibilidades ao IP4, futura A4 e à diminuição do período de atendimento no Centro de Saúde.

A verdade é que hoje o concelho dispõe de boas acessibilidades internas; oferecemos aos nossos alunos, no que a nós compete, excelentes condições para

a sua educação e formação; protegemos o ambiente; investimos na habitação social; realizaram-se várias requalificações urbanísticas.

Apesar de tudo isto, temos de continuar a desenvolver todos os esforços para fixar e atrair pessoas.

O caminho faz-se caminhando. Pensamos estar na direcção certa. É bom, no entanto, lembrar que esta tarefa, que se resume a criar mais e melhores condições aos que cá vivem e àqueles que aqui se queiram fixar, não é uma tarefa exclusiva da Câmara Municipal, pelo contrário, respeita a todos nós, porque o concelho somos nós.

Termino dizendo que, como até aqui, acredito nas potencialidades do concelho em particular das suas gentes, e é por isso que renovo a minha confiança no futuro.

Disse. “

----- Aberto o período de intervenções, o Sr. deputado Acácio Fernandes colocou as seguintes questões: - Estância Termal da Terronha: considerou que o termalismo não constitui uma mais valia para o concelho, mostrando-se céptico quanto ao sucesso deste projecto. Ainda assim desejou estar enganado e que o futuro não lhe desse razão. – Parque Ibérico da Natureza e Aventura, perguntou em que consiste e qual a localização; - Ligações Intra e Inter-Freguesias: questionou quais as acções que se pretendem fazer nesta rubrica.

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. Quanto à Estância Termal da Terronha disse respeitar a opinião do Sr. deputado, no entanto mostrou-se muito confiante relativamente ao sucesso deste investimento. Considerou-o fundamental em termos turísticos e portanto gerador de riqueza. Fez votos para que as análises, que estão a decorrer à água, continuem a revelar-se como até aqui e que a mesma seja reconhecida com características terapêuticas. Sublinhou que vários privados têm mostrado interesse em investir nessa área e, caso eles não avancem, garantiu que avançaria a Câmara Municipal sozinha. ----- Dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente, este deu esclarecimentos relativamente ao Parque Ibérico e Ligações Intra e Inter-Freguesias. Quanto ao Parque Ibérico lembrou que a

ideia começou com a Quinta Biológica, acerca da qual muito se criticou a sua localização. Referiu que ouviram as críticas e em face delas estudaram-se outras localizações tendo-se concluído que a zona entre S. Joanico, Serapicos e Angueira era a melhor. Informou que o conceito já estava realizado, estava em fase de execução o estudo da fauna e da flora e já havia sido lançado o concurso para o levantamento do património. Sublinhou que este projecto vai de encontro ao QREN no que respeita à valorização do ambiente. Sucintamente referiu que o objectivo é revitalizar actividades lúdicas aos visitantes. Relativamente às ligações intra e Inter-Freguesias esclareceu que, ao contrário do anterior quadro comunitário, não se sabe quais as verbas disponíveis para as acessibilidades, donde, a necessidade de criar uma rubrica abrangente onde possam ser integradas ligações como por exemplo: Argoselo – Coelhoso, Vale de Frades – Vale de Pena, Zona Industrial – Vila Chã, entre outras. -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado Luís Diz a propósito das termas, deu o exemplo das termas de Pombal de Anciães, também elas de água sulfurosa, referindo que já permitiram a instalação duma unidade hoteleira a qual está sempre ocupada. Com este exemplo disse que acreditava no projecto de investimento para a Terronha, fosse ele impulsionado pela Câmara ou por privados apelando a que todos dessem o seu contributo para que o projecto tivesse sucesso, mostrando-se ele próprio disponível para investir. ----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, Luís Rodrigues. Mostrou a sua preocupação, acerca do Plano, relativamente à verba contemplada para o apoio às Juntas de Freguesia, no total de cinquenta mil euros, não estando prevista qualquer verba para dois mil e nove. Considerou a verba muito baixa quando comparada, por exemplo, com a prevista para a remodelação da rede informática da Câmara Municipal. Continuou dizendo que cinquenta mil euros não davam mais de cinco mil euros a cada freguesia, considerando-as manifestamente insuficientes para realizar o que quer que fosse. Neste âmbito questionou o executivo acerca de protocolos assinados no anterior mandato com as juntas de freguesia, dizendo que no presente são letra morta, perguntando se o executivo pretende retomá-los e cumpri-los. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Respondeu à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia

de Argoselo, Luís Rodrigues, dizendo que não é fácil elaborar um Plano e Orçamento e muito menos fácil que agrade a todos. Sublinhou que existiam rubricas com dotações muito reduzidas (ex.: Parque Ibérico), e que o executivo bem gostaria que estivessem mais reforçadas. No entanto continuou, se o Orçamento é empolado, critica-se porque é irrealista, se é reduzido, critica-se porque não é ambicioso, donde, o importante é elaborar um Orçamento e Plano de acordo com as possibilidades financeiras e necessidades mais prementes do Concelho. Quanto ao protocolo com as Juntas de Freguesia, lembrou que, se ele prevê a transferência de verbas, também prevê a transferência de competências sendo que, se as primeiras não estão a ser transferidas, as segundas também estão a ser assumidas pela Câmara Municipal. Lembrou que sempre que os serviços da Câmara têm sido solicitados, a Câmara tem respondido com a brevidade que lhe é possível a não ser que as Juntas queiram assumir os trabalhos dos calceteiros, picheiros, electricistas etc. Louvou as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia na defesa da sua terra mas lembrou que é sempre possível fazer alteração ao orçamento e ao plano donde, se fosse necessário fazê-lo em função das necessidades das freguesias, sê-lo-ia feito. Continuou dizendo que o apoio às juntas de freguesia é muito superior aos cinquenta mil euros, bastando para tal contabilizar tudo o que nelas é realizado. Disse que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo, sabia que era exactamente assim a realidade pois que, as juntas de freguesia, infelizmente, não dispõem nem de recursos humanos nem financeiros para fazer face às suas necessidades. Lembrou que o mesmo se passa com os recursos financeiros da Câmara Municipal dos quais só cinco por cento constituem receitas próprias, donde uma total dependência das transferências do Estado. Sublinhou que, sempre que as Juntas de Freguesia têm solicitado apoio, e que a Câmara considera a obra a realizar de grande interesse para a freguesia, esse apoio tem sido dado, quer técnico, quer financeiro tendo exemplificado com o apoio à Junta de Freguesia de Uva para alargamento de cemitério. Reforçou esta ideia dizendo que caso as freguesias tenham projectos estruturantes a Câmara apoiá-los-á porque as juntas não conseguem suportar as verbas do auto-financiamento. Defendeu que o concelho tem de ser visto como um todo e não apenas na perspectiva de algumas partes. Lembrou que a freguesia de Argoselo, nos últimos anos tem sido contemplada com significati-

vos investimentos necessários e merecidos e que, certamente teria mais. Referiu que a Câmara Municipal com vinte e cinco mil euros consegue fazer uma obra de cem mil euros e portanto mais estruturante para o concelho. Sublinhou que a nível do QREN ainda há pouca informação relativa a financiamentos e que tipos de projectos serão financiados. Quanto à verba disponível para a reformulação da rede informática referiu que eventualmente, ela até será reduzida face às nossas disposições legais designadamente no que se refere aos licenciamentos uma vez que, em breve, a autarquia terá de tornar acessível, via Internet, a consulta dos processos, pelos interessados. Com isto servem-se melhor os cidadãos mas essa melhoria dos serviços que todos desejamos, tem um preço elevado. ----- Interveio o Sr. deputado António Frias. A propósito da zona de caça turística fez a seguinte intervenção: “questionou se no processo da zona de caça turística fora ou não prometido aos caçadores locais que poderiam aí caçar. Falou-se da turística das aldeias de Algosó, Avinhó e Matela. Ora essa turística foi criada, não sei porque é que não funciona. Se é um bem para o concelho, se a Câmara investiu não sei porque é que não funcionou! Dizem-me que era para a associativa de Matela tomar conta da turística, entretanto a associativa não quis e houve um sócio que quis tomar conta da turística por vinte mil contos, ou qualquer coisa assim. Entretanto os caçadores locais não autorizam que ninguém tome conta sem que eles possam lá caçar. Ora bem não sei que tipo de contrato foi feito com os agricultores e com a população dessas zonas. Eles dizem-se enganados, dizem que assinaram porque lhe foi prometido que iriam caçar lá. Ora se eu vou gerir essa turística, vou ser eu a geri-la porque prefiro pagar a renda aos agricultores do que querer lá caçadores indiscriminadamente. Gostava de saber como está essa situação. “ ----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que disse: “ quando quiser saber alguma coisa acerca da turística a melhor solução é falar com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Algosó ou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Matela ou até comigo. A zona de caça turística de Matela / Algosó foi criada com a intenção de trazer alguma receita para a Junta de Freguesia de Matela e para a Junta de Freguesia de Algosó, foi-lhe dito às pessoas da aldeia aos proprietários (a maioria não são caçadores) qual era a nossa intenção. Também é intenção de não prejudicar ninguém sejam caçadores sejam agricultores, é sempre difícil,

há sempre alguém que não fica contente. Era bom que toda a gente ficasse contente mas nunca é fácil. De qualquer das formas nós tudo temos feito para conseguir com que as pessoas se entendam connosco e com o Presidente da Junta de Algosos e com o Presidente da Junta de Matela. Este ano ela não abriu porque entendemos que seria bom para a zona de caça fazer um repovoamento natural, fazer com que aquela zona ficasse como era aqui há quinze vinte anos, e só naturalmente é que isso é possível, não é mandando para lá mais perdizes ou mais coisas, mas com o que existe ali, que a zona de caça ficasse aquilo que era. Houve negociações de facto, pedimos propostas a muita gente e afinal só chegou uma proposta e essa proposta muito bem feita acabou por não haver acordo. O interessado mandou a proposta mas depois não houve acordo porque se interessasse à Junta de Matela e à Junta de Algosos então eles assinariam o acordo, mas não está assinado acordo nenhum. A zona de caça foi criada com intenção de ser um exemplo, e nunca eu tive conhecimento de que alguém estivesse enganado porque nem caçam os de fora nem os de dentro, as pessoas é que entendem que de facto devem dizer coisas, e era o que eu dizia há pouco “têm que bater em alguém, e depois batem no Presidente da Câmara; pois continuem a bater. É bom que as críticas venham e que elas sejam construtivas. Parte delas até são destrutivas mas mesmo sendo destrutivas eu também as aceito. “ -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Algosos, Luís Fernandes. A respeito da zona de caça turística referiu que por ocasião da constituição da mesma foi garantido aos caçadores locais que teriam um tratamento diferente dos não locais. Referiu que, na única proposta que houve, previa-se uma zona onde os locais podiam caçar livremente, facto com o qual os caçadores concordaram. Concluiu dizendo que só não houve acordo porque, por parte de quem apresentou a proposta, houve desistência, que em nada teve a ver com o não aceitarem qualquer tipo de imposição de condições. -----

Interveio o Sr. deputado José Luís Rodrigues. Referiu-se à problemática da água, dizendo que o plano não reflectia a atenção que devia ser dada à questão da água. Considerou ser necessário uma política da água que não responda a sintomas mas que dê garantias de que não faltará. Considerou que o recurso aos furos artesianos é uma solução pontual e apenas contribui para depauperar a pouca quantidade de água disponível no subsolo. Remeteu para

o exemplo de Bragança que está com graves problemas no abastecimento. Neste sentido considerou que a autarquia deveria canalizar investimentos consideráveis para garantir o abastecimento mesmo em períodos críticos de seca. Considerou que se deveria apostar na retenção da água em pequenos riachos que dispõem de caudal para o efeito. Referiu-se à apresentação técnica dos documentos (orçamento e plano) dizendo que não permitiam uma leitura simples e objectiva a quem não estivesse familiarizado com eles. Mesmo tendo de obedecer a regras próprias considerou-os de difícil leitura. Deu os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho desenvolvido com a Santa Casa da Misericórdia de Vimioso, no que respeita à Unidade de Cuidados Continuados. Informou que a candidatura feita pela Santa Casa tinha sido aprovada, exemplificando que nem tudo eram más notícias. Reforçou o papel fundamental da Câmara em todo o processo referindo também que a Câmara tinha o compromisso de ajudar à construção da obra para assegurar o auto-financiamento necessário. No entanto disse não ver esse compromisso plasmado no plano e orçamento, considerando que, apesar de ser possível alterar os documentos, uma vez que estão agora em análise, deveriam ser introduzidas as necessárias alterações. Referiu-se ainda à intervenção do Sr. Vice-Presidente a propósito dos protocolos entre Câmara e Juntas de Freguesia, para referir que a justificação de que a Câmara ajuda com o serviço de calceteiros, electricidade etc. não faz sentido uma vez que, se não fizessem esses trabalhos então mais valia não ter esses operários donde o não cumprimento dos protocolos nada tem a ver com as ajudas indirectas dadas por via desses serviços. -----

----- Para responder foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Relativamente à questão da água informou que está a ser estudada a criação de uma associação com Miranda do Douro para posterior concessão da água, desde a captação até à facturação, a exemplo do que acontece em Carrazeda de Ansiães. Quanto aos furos artesianos disse que o Professor Alcino Oliveira da UTAD (Coordenador dos trabalhos das águas sulfurosas da Terronha) é um acérrimo defensor dos furos para abastecimento das populações, pois que a água é melhor e sai mais barato o tratamento. Relembrou que estão a decorrer projectos para altear as Etas do Maçãs e do Angueira ainda que a água do Angueira seja de pior qualidade havendo técnicos defensores da ideia que dever-se-ia abandonar o Angueira e trazer a água do Rio Douro. Sub-

linhou que por força da Lei do Instituto Regulador da Água as tarifas da água sofrerão aumentos, facto que provavelmente fará com que os consumidores sejam mais cautelosos nos consumos. Quanto à dificuldade de leitura do Plano e Orçamento referiu que, há anos atrás, essa leitura era bem mais difícil. Lembrou que são documentos elaborados segundo regras estabelecidas (Pocal) mas que, não obstante o carácter técnico, lidos com alguma atenção é possível interpretá-los com alguma facilidade. Relativamente à Unidade de Cuidados Continuados que considerou uma vitória do concelho, sublinhou que, no texto do protocolo, a respeito do encerramento do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde, está claro que o concelho será contemplado com uma Unidade de Cuidados Continuados. Reforçou a condição de que o Sr. Presidente da Câmara só assinou o protocolo porque lhe foi dada a garantia dessa Unidade de Saúde. Referiu que a vitória não era de ninguém em particular mas sim de todos, considerando que esse espírito de união e de luta devia entender-se a todas as reivindicações do concelho, como por ex. a ligação Vimioso-Outeiro, referindo, a este propósito que não percebera nem compreendera a abstenção do Sr. deputado José Luís acerca da votação referente a essa reivindicação. Quanto ao facto de o Sr. deputado José Luís não ter concordado com a explicação relativa ao não cumprimento dos protocolos entre Câmara e juntas de freguesia, referiu que a Câmara e o concelho tem de ser gerido em função de necessidades permentes e de prioridades. Exemplificou com o Centro Escolar que a Câmara considerou prioritário. Informou que os trabalhos a mais não são comparticipados e que nessa obra rondam cerca de quarenta mil euros donde não é possível atender e responder a todos os pedidos de apoio financeiro. Sublinhou que a Câmara tem respondido em tempo útil às solicitações das juntas de freguesia e que o continuará a fazer sendo que esse apoio não tem de ser necessário e obrigatoriamente financeiro. -----

----- Interveio o Sr. deputado José Luís para dizer que a explicação dada pelo Sr. Vice-Presidente a propósito do serviço de calceteiros etc. não tinha sido feliz e que o Sr. Vice-Presidente devia admiti-lo. Concordou que o dinheiro da Câmara não dava para tudo e haveria sempre coisas que ficavam por fazer. No entanto não era justificação para não atribuir verba às juntas de freguesia o facto de se dizer que prestavam outros serviços. Relativamente à água e aos furos artesianos disse que entendia a

opinião técnica do Professor da UTAD mas que não concordava totalmente com ela, porque é uma opinião válida para zonas em que o subsolo é rico em água mas não para o nosso concelho. Considerou que a aposta na retenção da água é preferível aos furos até porque alguns deles, como o de Angueira, tinham revelado problemas a nível químico. Também não considerou que o abastecimento de água a partir do Douro fosse uma boa solução até porque vai aumentar a nossa dependência face a Miranda do Douro. Quanto ao facto de se ter absterido na votação da Moção relativa à ligação Vimioso-Outeiro justificou com o facto de não ter entendido bem o conteúdo da mesma além do facto de o Dr. Vítor, no enquadramento da Moção, se ter referido/queixado da desertificação, do desenvolvimento ou falta dele, considerando que deveriam ter vergonha de falar em desertificação questionando a este respeito quantas crianças, filhos dos membros da Assembleia, frequentam as escolas de Vimioso? Considerou, por conseguinte, que o exemplo tem de partir da Assembleia, fixando-se, os seus elementos em Vimioso. Disse que era mais fácil apontar as culpas aos outros não olhando para nós próprios. Justificou ainda a sua abstenção aquando da votação do voto de louvor aos furões (Moto-Clube), não por estar contra eles, porque os considera dinâmicos mas pelo facto de as suas actividades contarem com o apoio da Câmara, sublinhando que se fosse dado o mesmo apoio aos Bombeiros poder-se-ia ter realizado uma grande Meia Maratona das Castanhas. Assim não se tendo realizado a maratona era uma prova que se perdia, tendo conhecimento de que os Bombeiros se queixaram de que no presente ano a Câmara não quisera colaborar, afirmações do Sr. Comandante dos Bombeiros transmitidas no Centro de Saúde, donde a Câmara não cumprira com esta Associação a exemplo do que acontecia com outras.

----- Na sua intervenção, O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina informou que inicialmente pensava em votar contra o plano e orçamento mas que, depois de algumas explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente, designadamente de que é possível introduzir alterações, iria abster-se. Compreendeu as preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo porque, na verdade as Juntas de Freguesia estão muito limitadas na sua acção. No entanto, considerou, por exemplo, que havia uma grande discrepância entre as verbas destinadas ao Boletim Municipal (setenta e cinco mil euros) e as destinadas ao apoio às juntas de freguesia (cinquenta

mil euros). Referiu-se à Unidade de Cuidados Continuados dizendo que a Câmara já fez o seu papel, em exigir contrapartidas. Quem prometeu a Unidade de Saúde foi o Governo donde não tem de ser a Câmara a ajudar com verbas mas sim o Governo. A este propósito considerou que deveria haver uma moção no sentido de exigir ao Ministério da Saúde o cumprimento das promessas feitas. -----

No uso da palavra, o Sr. Vice-Presidente respondeu ao Sr. deputado José Luís Rodrigues dizendo que quando se referia ao serviço de calceteiros, trolhas etc. era no sentido de dizer que num concelho como o nosso, em que as juntas de freguesia não tem verbas nem pessoal, o último e único recurso é a Câmara. Ora, se a Câmara presta todos estes serviços não é possível estar a transferir verbas fixas (porque quando são necessárias fá-lo) para as freguesias até porque essas verbas permitem participar projectos financiados. Garantiu que a Câmara continuará a trabalhar em todo o concelho de forma harmoniosa sendo que investimentos de cariz concelhio (ex: Multiusos) terão de ser feitos na sede do concelho, sem que, como tem sido feito, não se realizem investimentos noutras freguesias, como aliás é notório e público. Sublinhou que as juntas de freguesia continuarão a ser apoiadas e que o executivo, tivesse ele margem para isso, bem gostaria de fazer mais e até atribuir verbas. Quanto à questão da água e à opinião de técnicos face aos furos, clarificou que se tratava de opiniões não considerando que fossem, mais ou menos válidas do que outras, mesmo que em sentido contrário. Disse não concordar com a ideia da dependência face a Miranda do Douro no que se refere à captação de água, quanto muito poder-se-ia falar em dependência do Rio Douro. Independentemente do local de captação referiu que o mais importante era garantir a sustentabilidade no abastecimento de água e que o Douro dava essa garantia. Quanto à justificação dada por o Sr. deputado José Luís ter votado abstenção à Moção relativa à ligação Vimioso – Outeiro referiu que, se o Sr. deputado não tinha entendido bem o conteúdo, solicitava esclarecimentos até um intervalo para ler a moção e depois, votava já esclarecido, donde considerou que a justificação dada não fazia sentido. Quanto à meia maratona das castanhas referiu o seguinte: “ eu acho que o Sr. Presidente da Câmara quando o Sr. deputado Acácio fez a questão “qual é a saúde da meia maratona das castanhas, o Sr. Presidente da Câmara foi muito elegante. Mas então vamos dizer as coisas.

Toda a gente sabe enquanto, por exemplo com os Motards há um grande benefício para o concelho, porque as pessoas vão à feira e compram, a maratona das castanhas, no ano passado, sabe quantos corredores do concelho lá teve, um, que é funcionário da Câmara Municipal, o Albano. Um do concelho, quantos é que tiveram os motards participantes do concelho, todos os que são amantes desse desporto, todos. Houve uma reunião com os bombeiros, com o Presidente da Direcção e com o Sr. Comandante e quando aqui me diz que é o Comandante que lhe diz que a Câmara não quis ajudar não é verdade. Podemos reunir todos e esclarecer. O que nós sugerimos e já por sugestões que tinham sido feitas por um senhor de Bragança que está ligado à Federação de Atletismo, é que deveríamos pôr os miúdos a participar, foi o que nós sugerimos, esta é a pura verdade, não pode ser desmentida, era que se fizesse uma milha das castanhas para poder integrar os miúdos das escolas, os mais idosos, e até eu consigo correr uma distância menor agora vinte e um quilómetros confesso que não consigo. Mais, dissemos isto aos bombeiros: nós atribuímos a mesma verba aos bombeiros que atribuímos à maratona das castanhas e organizem juntamente com o Águia uma equipe de futebol de salão porque temos ali um excelente pavilhão que podemos dinamizar. Eu telefonei para os bombeiros disseram que iam ver essa situação, não obtivemos resposta. Esta é a pura das verdades e está a explicação dada sobre a maratona das castanhas. Penso que com uma milha integrando os miúdos do concelho e até outros fora do concelho numa prova diferente, porque a verdade é esta, eu não sou contra a maratona das castanhas, os corredores são todos de fora ainda lhe damos de almoço, eles não pagam nada, levam os prémios, e o que é que fica no concelho de mais valia, é o almoço, não fica mais nada. É assim que queremos continuar? Pensamos que não. Na nossa opinião queremos continuar a apoiar provas desportivas mas que tragam dimensão interna também no concelho e que envolvam as gentes do concelho, porque quanta gente é que estava a ver a maratona das castanhas os que estão na recta da meta, não havia lá mais ninguém, e no início ainda está alguém e no fim quem é que está, não está ninguém, nem para aplaudir os vencedores da maratona. A verdade é esta. Portanto não é verdade que a Câmara não quisesse participar ou apoiar, nós fomos claros damos a mesma verba, faça-se a milha e organize-se por exemplo uma equipe de futebol de salão porque tem excelentes condições. “ ---

----- Respondeu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina, mostrando a sua satisfação pelo facto de ter mudado o seu sentido de voto, considerando que a discussão dos documentos é fundamental para a clarificação dos mesmos. Quanto à verba elevada destinada ao Boletim Municipal, alertou que a rubrica do Plano refere Boletim Municipal e outros donde a verba não é exclusivamente para o Boletim (absorve uma pequena parte) mas sim tudo o que respeita a publicações inclusivamente de eventos que se realizam na casa da cultura (ex: exposições). Sublinhou que no plano cultural tem existido uma boa dinâmica mas que nem sempre tem a receptividade esperada do público exemplificando que, na abertura da exposição estão quase sempre as mesmas pessoas, apesar de toda a informação. Reforçou que o Boletim Municipal tinha publicação semestral e passou a anual e que a agenda cultural passou de mensal a bimestral e que no próximo ano teria publicação trimestral. Mostrou total concordância com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso no que respeita à Unidade de Cuidados Continuados, em que a responsabilidade do financiamento da participação Nacional deve caber por inteiro ao Ministério da Saúde, até porque foi esse o compromisso do Sr. Ministro da Saúde e do Sr. deputado do Partido Socialista, Engenheiro Mota Andrade para com o Sr. Presidente da Câmara. Continuou dizendo que as verbas para a Unidade de Cuidados Continuados têm várias proveniências: Santa Casa da Misericórdia pela verba recebida da indemnização pela ocupação do antigo Centro de Saúde, Fundos Comunitários, ora a restante deve ser assegurada pelo Ministério da Saúde, caso contrário o Estado não contribui com nada. Concluiu dizendo que o concelho e as suas instituições têm de estar unidos na reivindicação justa para que o Governo financie a Unidade de Cuidados Continuados. ----- No uso da palavra o Sr. deputado Luís Diz mostrou a sua satisfação pela forma como os trabalhos /discussões estavam a decorrer. Questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca do abastecimento de gás ao Centro de Saúde e Bairro de S. Vicente, perguntando se seria gás natural, considerando que se deveria acautelar esse abastecimento uma vez que existiam no concelho empresas de abastecimento de gás donde era necessário evitar que o dinheiro saísse do concelho. Relativamente às Juntas de Freguesia considerou que se elas se associassem poderiam mais facilmente rentabilizar o melhor que cada uma delas tem. A propósito do desenvolvimento do con-

celho considerou que o mais importante era dar “ a cana e não o peixe” porque existem recursos e potencialidades que devem ser aproveitadas. Referiu que não se devem criar obstáculos nem ter espírito retrógrado. Deu como exemplo o facto de, aquando a constituição da Turvimioso, um senhor na Matela que nem sequer era proprietário obstaculizou a que se fizesse investimentos turísticos há cerca de vinte anos. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para fazer alguns esclarecimentos a propósito de intervenções anteriores. Relativamente ao abastecimento de gás, quer no Parque de Campismo quer na Habitação Social, referiu que o INH impôs o abastecimento a partir de fonte comum, foram contactadas empresas, sendo que todas as obras inerentes à instalação e abastecimento são da responsabilidade da empresa que melhores condições ofereceu, sendo que será ela a fornecer o gás. -----

----- Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi colocado à votação o ponto três tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos Senhores deputados: José Luís Rodrigues, Nuno Penascals e dos senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Avelanoso, José Quina e Argoselo Luís Rodrigues. Posto à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. Votou-se de seguida o ponto três ponto quatro, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções dos senhores deputados José Luís Rodrigues e Nuno Penascals e dos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia de Argozelo Luís Rodrigues e Avelanoso, José Quina. Posto à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Foram apresentadas as seguintes declarações de voto: Sr. José Quina, Presidente da Junta de Freguesia de Avelanoso declarou o seu sentido de voto (abstenção) pelo facto de, após as explicações do Sr. Vice-Presidente e apesar de as juntas de freguesia serem um pouco prejudicadas, existir a garantia de que, caso necessário a Câmara apoiará as freguesias. ----- O Sr. deputado Acácio Fernandes apresentou a seguinte declaração de voto: embora não concorde totalmente com este PPI e este Orçamento porque cada um tem a sua maneira de ver as coisas e de planear, o que me apraz muito de respeitar, vejo que há intenção de rigor e de reequilíbrio financeiro. Esta atitude verificou-se já em 2007: dos cerca de 13.000.000€ em 2006, temos, para 2008 um PPI de cerca de 9.000.000€. Se bem se lembram, disse, em 2007 e neste con-

texto, que os documentos, então apresentados, já se aproximavam mais da realidade do nosso concelho. Pois bem, creio que os, ora apresentados, são exequíveis a uma taxa positiva e que estão mais de acordo com a realidade do nosso concelho. É claro que o ser humano quer sempre mais e mais, mas quando não o há, não se pode gastar, como se ousa dizer. Para quê ter muitas obras inscritas quando se sabe de antemão que não serão realizadas? Concorde que, em tempo de vacas magras, e não deixando de preparar o futuro, temos que assegurar o pagamento das obras realizadas e ou em curso e só depois pensarmos na realização de outras. Assim, no uso das minhas competências e de acordo com a minha maneira de estar na política, voto a favor da aprovação destes documentos de trabalho para o ano de 2008. Faço votos e desejo que este trabalho seja benéfico para o desenvolvimento do concelho. A minha avaliação desta execução será feita, na altura devida, se o Criador mo permitir.

Espero que o sentido do meu voto seja um sinal claro e inequívoco para aqueles que, dizendo-se democratas, se arvoram, à sombra da democracia, em donos e senhores da liberdade e da opinião dos outros.

Como já disse, aqui nesta Assembleia, nunca abdicarei da minha liberdade de pensamento e de opinião; que ninguém ouse tentar cortar-me porque nunca o conseguirá enquanto estiver na plena posse das minhas capacidades mentais. Jamais serei autómato.

Uma sã consciência colectiva faz-se com a conjugação respeitadora da diversidade das consciências individuais. É na diferença de opinião, livremente exposta, que nascem o discernimento e a melhor opção para a construção da evolução de uma sociedade. O que seria de uma sociedade se os seus membros fossem todos iguais? Cada um é como é e eu sinto-me bem como sou, espero e desejo continuar assim.

UM BOM E SANTO NATAL PARA TODOS.

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoselo que fez também a sua declaração de voto. “ A minha abstenção é justificada por uma imagem que é a seguinte: e eu pedia ao executivo que a compreendesse, quando o vento sopra só para um lado as árvores crescem tortas e portanto as árvores aqui será o concelho e o vento será as directrizes dos Planos e eu

notei que este Plano está muito direccionado para investimentos centrados na sede de concelho e não tanto nas freguesias, como tal gostaria que num próximo plano o vento soprasse para todos os lados. “ -----

---- Ponto Três Ponto Cinco) – Apreciação e Votação dos Instrumentos de Gestão Previsional da “Vimioso 2003” – Actividades Artesanais e Turísticas de Vimioso E.M. -----

Para introduzir e apresentar este ponto foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente. Este referiu que os documentos em causa resultam de uma obrigação legal. Apontou para o facto do documento ser elaborado por um Técnico Oficial de Contas e um Revisor Oficial de Contas. Sublinhou que a Empresa Municipal continua a defender, preservar e divulgar o artesanato do concelho. Tem ainda organizado as festas do concelho (parte profana) e exploração das piscinas, ambas com sucesso reconhecido. Sublinhou ainda que não há qualquer encargo com pessoal exceptuando os pagamentos aos artesãos e funcionários para a exploração das piscinas. Não tendo havido intervenções, este ponto foi colocado à votação tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta. -----

----- Ponto Três Ponto Seis) – Eleição dos membros da Assembleia para integrar o Conselho Municipal de Segurança. -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia foi solicitado aos grupos municipais a apresentação de candidatos sendo que só podem ser eleitos dois. O grupo municipal do PSD apresentou a Sr.^a deputada Paula da Felicidade Ferreira Martins. O grupo Municipal do PS apresentou o Sr. deputado António Eduardo Frias Martins. Procedeu-se à votação tendo os Srs. deputados propostos sido eleitos pela totalidade dos membros da Assembleia presentes. -----

----- Ponto Três Ponto Sete) – Outros Assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o Sr. deputado António Frias que alertou para o facto de na zona industrial e no Parque de Merendas de Vimioso no Angueira existirem demasiadas lâmpadas acesas o que faz aumentar os consumos e portanto os custos, com a agravante de estarem acesas durante o dia. ----- No uso da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campo de Víboras, Domingos Pimentel, alertou para a falta de segurança na estrada à saída de Vale de Algozo em direcção a Uva, do lado esquerdo, onde deveria ser coloca-

do alguma protecção. Sugeriu que a documentação enviada aos membros da Assembleia fosse impressa frente e verso, poupando, desta forma, no papel e nos correios. ----- Interveio o Sr. deputado Vítor Paiva para felicitar a Câmara pelo êxito da Feira de Artes Ofícios e Sabores e felicitar o Sr. Presidente da Câmara por ter aproveitado muito bem o directo televisivo e referir que existiam mais espanhóis do que portugueses porque Vimioso não tinha boas ligações ao litoral e tinha boa ligação a Espanha. ----- O Sr. deputado Manuel Oliveira interveio para sugerir que a rede do polidesportivo descoberto de Argoselo fosse reparada. Disse ainda que gostaria de ver diminuída a lista de espera na extensão de saúde de Argoselo bem como o tempo de espera nos dias de consulta/atendimento. ----- O Sr. deputado José Luís Rodrigues fez a seguinte intervenção a propósito da água: “ haja coragem de fazer naquelas localidades pelo menos nas mais problemáticas em que vocês sabem que realmente há consumos abusivos, a contagem da água que entra para o tanque de abastecimento e o somatório da contagem nos contadores. Outra medida, em vez de fazerem uma contagem bimestral ou trimestral façam todos os meses porque a maior parte dos contadores é feito por estimativa, o que vai originar que o indivíduo ao longo do ano naqueles meses em que precisa da água para regar o jardim ou o canteiro consuma a água e, se dividir-mos depois no final do ano por doze ele vai dar um consumo dentro daqueles parâmetros normais daquilo que é normal gastar, se houver estas medidas, saber quais são aquelas fugas ou contadores que estão ligados abusivamente se for feita a leitura pelo menos nos meses de Verão, se for feita todos os meses eu tenho a consciência de que a água não falta na maior parte das freguesias. “ Alertou ainda para a necessidade de resolver o problema da segurança à entrada e saída do Centro Escolar. -----

----- No uso da palavra o Sr. deputado António Frias apresentou o problema da zona da Canteira, “ tiraram aqueles inertes todos e ficou ali um grande poço fundo sem protecção, já colocaram protecção mas aquilo caiu tudo e aquilo não pode continuar assim porque é um perigo. Eu gostava que fossem lá e que vissem porque realmente mete medo até pela parte de cima são para aí oitenta metros, noventa metros só de um lado, à volta serão para aí duzentos a trezentos metros aquilo acho que é do

Sr. Perdigão mas ele vendeu. Alguém que venha não tem hipótese é um grande precipício. Julgo que não deve ser a Câmara a resolver porque os proprietários tiraram muito lucro daquilo e devem ser eles a repor a normalidade daquela situação. “ ----- O Sr. Presidente da Câmara, no uso da palavra agradeceu as intervenções proferidas dizendo que a Câmara iria procurar dar resposta aos problemas levantados. -----

----- Usou da palavra o Sr. Vereador Jorge Fernandes: “ eu apenas pedi o uso da palavra para desejar a todos um Bom Natal um Bom Fim de Ano. Em nome dos vereadores do Partido Socialista desejo a todos umas festas felizes e um Santo Natal. Relativamente à Assembleia Municipal e já que aí vem um novo ano eu só queria deixar aqui um pequeno desafio à grande maioria dos deputados municipais, eu fico satisfeito quando venho para esta Assembleia e ouço diferentes pontos de vista de alguns deputados, portanto lanço o desafio a todos os deputados menos interventivos que tragam também os seus pontos de vista a partir do próximo ano e que haja aqui mais troca de ideias mais debate que é assim que todos juntos conseguimos tentar trabalhar um pouquinho mais e construirmos aquilo que todos desejamos relativamente a Vimioso. “ -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia: “ para o ano será vida nova e em princípio uma destas Assembleias de dois mil e oito irá ser feita na freguesia de Argoselo; nesse caso se não houver mais nada tenho o privilégio, de desejar a toda a gente um Bom e Feliz Natal e que o ano que vem que não seja pelo menos pior do que este. “ -----

----- Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara: “ quero aproveitar também para em nome de todos nós desejar um Bom Natal e um Bom Ano Novo. “ ----- **Ponto Quatro) PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

-----Não se registaram intervenções. -----

-----Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O 1º Secretário da Assembleia Municipal

O 2º Secretário da Assembleia Municipal
